

LIVRO DE RESUMOS



Simpósio de
Organização e
Gestão Escolar

(Re)pensar a qualidade
das organizações educativas:
olhares sobre a educação básica,
secundária e superior

7 e 8 de novembro, 2019

Departamento de Educação e Psicologia,
Universidade de Aveiro

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/CED/00194/2019



Apoios



Índice

Sessão A.1

7 novembro, 2019 | Sala 5.3.10 | 14h00-15h00

Eixos temáticos: 1. Agendas globais, sustentabilidade, competitividade;
3. Excelência e equidade na escola

A educação como serviço: A importância da cocriação de valor para as Instituições de Ensino Superior em Portugal 11

Carla Fonseca & Montserrat Díaz Méndez

Necesidad de la investigación (auto) biográfica para reflexionar sobre la identidad del director como líder escolar 13

Carmen Lucena & Jesús Domingo Segovia

Caderneta Escolar: veículo de comunicação escola-família?! .. 15

Ezequiel Tavares & Sandra Fernandes

Inquietações e Desafios de uma Diretora 17

Helena Castro

Sessão A.2

7 novembro, 2019 | Sala 5.3.27 | 14h00-15h00

Eixo temático: 4. Gestão Democrática e Gerencialismo

As implicações das Plataformas Informáticas na regulação da ação do Diretor 21

Ana Paula Xavier & Carlos Pires

O projeto educativo e o plano anual de atividades numa lógica de agrupamento de escolas 23

Cidália Correia, Sandra Fernandes, Marta Abelha

Gestão democrática da educação na contemporaneidade: necessidade do fortalecimento das dimensões ética e política 25

Naura Syria Carapeto Ferreira & Eloisa Helena Melo

Caraterísticas e relevância que os diretores dos estabelecimentos da educação públicos atribuem ao atual modelo de gestão em vigor	27
Paula Romão, Paulo Delgado & João Carvalho	

Sessão B.1

7 novembro, 2019 | Sala 5.3.10 | 15h00-16h00

Eixos temáticos: 2. Avaliação, performatividade e rankings; 4. Gestão Democrática e Gerencialismo

Será o sucesso nos exames nacionais construído dentro ou fora dos muros da escola?	31
Andreia Gouveia	

Formação Contínua de Professores e os Contextos Profissionais: o Papel da Secção de Formação e Monitorização	33
Carlos Lopes & Eusébio Machado	

Avaliação das Aprendizagens em Portugal: Um olhar transversal sobre os fundamentos teóricos, as políticas educativas e as práticas	35
Júlio Pedrosa, Carlinda Leite, Maria João Rosa & Isabel Pinho	

Projetos educativos e avaliação: questões das práticas em seis agrupamentos de escolas	37
Catarina Rodrigues & Mariline Santos	

A gestão de recursos em contexto escolar: um olhar sobre as perspetivas dos diretores de escola	38
Pedro Duarte, Vera Diogo, Inês Teixeira & Fernando Diogo	

Sessão B.2

7 novembro, 2019 | Sala 5.3.27 | 15h00-16h00

Eixo temático: 3. Excelência e equidade na escola

Diretores de escolas que enfrentam o desafio de uma educação de equidade e excelência	43
Cristina Cruz González	

A gestão escolar na perspectiva dos envolvidos em um município do nordeste brasileiro	45
Ivaneide Dantas, Lauro Vieira & Juliany Vieira	

Os caminhos da educação inclusiva em Portugal a partir do discurso normativo nos últimos trinta anos.....	47
Joaquim Brigas	

Equidade social e políticas educacionais: (outras) epistemes e práticas da universidade cubana	49
Maikel Pons Giralt	

A introdução do Inglês no currículo do 1.º CEB - uma análise político-organizacional.....	50
Tereza Verdade	

Sessão C.1

8 novembro, 2019 | Sala 5.3.13 | 11h00-12h00

Eixo temático: 5. Autonomia e financiamento em contextos híbridos (público e privado)

Os Limites da Gestão Financeira das Políticas de Expansão das Universidades Federais no Brasil: Inviabilidade das ações afirmativas?	55
Jailson dos Santos	

Percepções sobre a Formação de Professores e a Administração da Educação em Timor-Leste: resultados de um estudo de caso	57
José Ascenso, Sandra Fernandes, Cândido Gomes	

Autonomia escolar em Portugal: uma linha do tempo para normativos e práticas	59
Maiza Trigo & António Ferreira	

A privatização da gestão e a promessa de garantia de qualidade nas organizações educativas: O caso das Charter Schools (EUA)	61
Mariline Santos & Catarina Rodrigues	

Sessão C.2

8 novembro, 2019 | Sala 5.3.27 | 11h00-12h00

Eixos temáticos: 2. Avaliação, performatividade e rankings; 4. Gestão democrática e gerencialismo

Perfil do Gestor Escolar..... 65

Agostinho Inácio Bucha

Análise do Sistema de Avaliação da Educação Básica Brasileira - Saeb 2019: Nuances de um novo formato. 67

Emilce Pacheco

A sublimação instrumental e tecnológica da avaliação das escolas: entre a heteronomia da avaliação externa e a autonomia da autoavaliação 69

Henrique Ramalho & Araújo Fernanda

O papel das lideranças no sucesso educativo: estudo de caso 71

Teresa de Jesus Correia Santos & Maria Palmira Alves

Sessão D.1

8 novembro, 2019 | Sala 5.3.13 | 12h00-13h00

Eixo temático: 3.Excelência e Equidade na Escola

El liderazgo distribuido como garantía de excelencia escolar..... 75

Beatriz Barrero Fernández & Jesús Domingo Segovia

Estilo de Aprendizagem do Professor em Formação na Educação Básica: um estudo de caso no Ceará/ Brasil..... 77

Eliana Leite, José Alberto Lencastre & Bento Duarte Silva

Construção de um domínio de Cidadania e Desenvolvimento: Centralidade para a aprendizagem 79

Fernanda Macedo & Tiago Pereira

Gestão escolar e educação inclusiva: discussão sobre a equidade no uso de métodos de avaliação em países em desenvolvimento.....	81
Gracinda Siyawadya	

Sessão D.2

8 novembro, 2019 | Sala 5.3.27 | 12h00-13h00

Eixo temático: 2. Avaliação, performatividade e rankings

Percepções dos diretores de escolas públicas sobre a missão e funções da Inspeção: resultados de uma investigação	85
Arlete Nogueira, Manuela Gonçalves & Jorge Adelino Costa	

A Avaliação em Larga Escala no Bojo da Regulação Supranacional	87
Edite Maria Sudbrack & Dora Maria Ramos Fonseca	

A avaliação de escolas como artefacto centro administrativo: análise ao processo de referencialização no quadro de uma diacronia de três ciclos avaliativos	89
Henrique Ramalho & Araújo Fernanda	

Avaliação de larga escala no Brasil: tensões e concepções	91
Naura Syria Carapeto Ferreira & Marcia Raquel Grahl Dal Forno	

Desempenho académico: um estudo longitudinal sobre (in)sucesso escolar	93
Teresa De Jesus Correia Santos & Maria Palmira Alves	

Sessão A.1

7 novembro, 2019 | Sala 5.3.10 | 14h00-15h00

Eixos temáticos:

1. Agendas globais, sustentabilidade, competitividade
3. Excelência e equidade na escola

A educação como serviço: A importância da cocriação de valor para as Instituições de Ensino Superior em Portugal

Carla Fonseca
cborralhi@alumnos.unex.es
Universidad de Extremadura

Montserrat Díaz Méndez
mdmendez@unex.es
Universidad de Extremadura

As Instituições de Ensino Superior proporcionam muito mais para além da formação académica em si, não se baseado o valor apenas nos conteúdos programáticos como produto. É no entanto necessário, compreender a que questões efectivamente os alunos atribuem o valor, e como podem eles cocriá-lo.

A cocriação de valor tem vindo a tornar-se elemento de grande relevância para as organizações, tendo como fundamento a interação com o consumidor por forma a atingir um retorno mais vantajoso para ambas as partes, no presente e no futuro. Para se conseguir alcançar cocriação de valor no ensino superior, é necessário envolver os estudantes (Qian, 2006), sendo os debates um bom exemplo, já que obrigam a), que obriga a um maior relacionamento e partilha entre as partes. É deste ponto de vista que se compreende a importância da interatividade em sala de aula, facilitando o processo e alcançando os objetivos de ensino-aprendizagem de uma forma mais enriquecedora. É a partir do desejo de interação que surgirá o processo de cocriação de valor (Prahalad e Ramaswamy, 2004).

Este estudo conceptual tem como objetivo principal compreender a influência da cocriação de valor no setor educacional, mais especificamente no ensino superior português, bem como a sua importância para as Instituições de Ensino Superior, apurando assim como esta teoria é capaz de cocriar valor, e quais os resultados que se podem obter com a sua aplicação.

Palavras-chave: Instituições de Ensino Superior; Serviço; Cocriação de valor

Necesidad de la investigación (auto) biográfica para reflexionar sobre la identidad del director como líder escolar

Carmen Lucena
clucenar@ugr.es
University of Granada

Jesús Domingo Segovia
jdomingo@ugr.es
University of Granada

En los últimos tiempos existe un incremento de estudios focalizados en el liderazgo escolar como pilar fundamental en la mejora de la calidad de las organizaciones educativas. En las prácticas de este liderazgo, el director escolar, se ha convertido en una pieza fundamental por su función evaluadora, mediadora y organizacional. En resumen, por su capacidad de influencia en toda la comunidad educativa. Pero a pesar de la necesidad de tener en las escuelas un director que ejerza un buen liderazgo educativo, no son muchas en las que este liderazgo se produce. Para conocer el motivo y el funcionamiento del rol directivo es necesario estudiar su identidad.

La identidad es un concepto difícil de definir por su carácter subjetivo y personal. Se encuentra en continua construcción y en esta, influyen los contextos sociales y personales que envuelven al individuo en sus prácticas diarias. Para poder indagar en la construcción de la identidad de un individuo, en este caso los directores de escuela, la investigación (auto) biográfica y narrativa con sus enfoques metodológicos y teóricos se ha convertido en parte esencial.

Este trabajo justifica el uso de la investigación (auto) biográfica para indagar en la identidad de líder de los directivos escolares. Para ello se exponen los primeros resultados de un trabajo de investigación sobre una historia de vida de un director de escuela en el contexto Español. Ese trabajo forma parte de un proyecto I+D+ titulado *identidad de la dirección escolar: Liderazgo, formación y profesionalización* más amplio sobre *existo*. Este estudio tiene como objetivo utilizar el enfoque biográfico y narrativo para indagar en la identidad profesional. Utilizando una historia de vida, se profundiza en la identidad del director. El participante es un director joven que ha sido señalado por la agencia andaluza de evaluación educativa (AGAEVE) como un buen líder pedagógico. En unos primeros resultados se expone como el director influye en toda la comunidad educativa de su centro y del contexto que rodea al mismo. Presenta una incansable actitud por la mejora y por la motivación de el alumnado y del personal laboral. Además se recogen algunos aspectos que interfieren en su desarrollo profesional.

Palavras-chave: Liderazgo; Identidad; director; Historia de vida; Enfoque biográfico; Mejora organizaciones educativas

Caderneta Escolar: veículo de comunicação escola-família?!

Ezequiel Tavares
ezequiel.tavares@gmail.com
Universidade Portucalense

Sandra Fernandes
sandraf@upt.pt
Universidade Portucalense

O presente artigo resulta do trabalho de investigação no âmbito do MAGE da UP que tem como finalidade perceber em que medida a caderneta escolar pode ou não contribuir para a parceria escola-família.

A escolaridade obrigatória transformou a escola elitista em escola de massas abrindo, assim, as suas portas a toda a panóplia de culturas, maneiras de ser e de estar dos diversos estratos sociais. Os pais começaram a intervir nas escolas e a partilhar com os docentes nas diversas tarefas educativas.

A relação escola-família é fundamental para uma educação ecológica, holística e inclusiva. Diversos autores acreditam que o envolvimento parental tem reflexos positivos no desenvolvimento, na melhoria das capacidades intelectuais e comportamentais dos alunos.

A obrigatoriedade da caderneta escolar do aluno através do Despacho n.º 43/SERE/90 de 29/06 veio facilitar esta parceria.

Como objetivos do nosso trabalho, entre outros, colocamos os seguintes: Será que a caderneta escolar ainda cumpre a sua missão ou é apenas uma “pequena” (?!) ajuda na comunicação escola-família?!

No sentido de dar resposta às nossas inquietações, elegemos com metodologia de trabalho o “estudo de caso” cujo “valor reside em que não apenas se estuda um fenómeno, mas também o seu contexto.” (Yacuzzi, 2005). É um estudo de caso com uma abordagem metodológica “mista” onde vamos utilizar os dados resultantes da implementação de três inquéritos por questionário (a pais/EE, a professores/DT e a alunos) em duas escolas sendo uma de um meio semi-rural e outra de um meio citadino distantes cerca de 12 Km e em dois concelhos circunvizinhos. A investigação quantitativa será realizada com recurso a questionários por inquérito pois permitem “(...) recolher os factos e estudar a relação entre eles” (Bell, 2002).

Quanto às conclusões esperamos a confirmação de que a caderneta escolar ainda cumpre, no essencial, a sua missão. No entanto, o surgimento da caderneta digital poderá, eventualmente, ser um veículo mais preparado para a era informática em que vivemos.

Palavras-chave: parceria escola-família; comunicação; cadernete escolar

Inquietações e Desafios de uma Diretora

Helena Castro
helenafgcastro1967@gmail.com
Agrupamento de Escolas de Sátão

A presente comunicação aborda os problemas de gestão do quotidiano escolar, tendo em conta o complexo contexto social e político e o papel emancipador da escola, enquanto instituição, e propõe algumas reflexões e desafios para o futuro da educação em Portugal, em tempo de mudança(s). Discute-se a possibilidade de articular a qualidade das organizações escolares com a criação de condições de equidade para todos os alunos e afronta-se a problemática da autonomia curricular como desafio para o século XXI. Olha-se para o imperativo da formação como dinâmica de transformação escolar e para a liderança participada como exigência ética numa escola que assume cada vez mais o papel de dispositivo cultural de uma comunidade.

Palavras-chave: Escola; Educação; Autonomia; Cultura; Qualidade; Equidade; Trans(formação); Liderança; Comunidade

Sessão A.2

7 novembro, 2019 | Sala 5.3.27 | 14h00-15h00

Eixo temático:

4. Gestão Democrática e Gerencialismo

As implicações das Plataformas Informáticas na regulação da ação do Diretor

Ana Paula Xavier
xpaula.catalao@gmail.com
Escola Superior de Educação de Lisboa

Carlos Pires
cpires@eselx.ipl.pt
Escola Superior de Educação de Lisboa

A presente comunicação integra um estudo no âmbito da Administração Educacional, que tem como objeto o papel das plataformas informáticas na organização e gestão da escola pública. Com este estudo pretendeu-se compreender a fundamentação da política de implementação das plataformas informáticas para a educação, compreender o papel e ação do Estado, tendo como instrumento de mediação-regulação essas mesmas plataformas e conhecer os efeitos que elas exercem na regulação da ação do diretor.

Optando por uma abordagem qualitativa e por uma estratégia de investigação de estudo de caso múltiplo, tendo em conta a diversidade de contextos e atores alvos de investigação, realizaram-se entrevistas semiestruturadas a sujeitos que exercem funções de diretores escolares e de dirigentes de topo da administração central e procedendo à análise de conteúdo baseada num sistema de categorização misto e apoiada em software de análise de dados qualitativos.

Com base na articulação de categorias resultantes do quadro teórico-conceitual assente na regulação da educação com categorias resultantes, de forma indutiva, dos dados empíricos, emergiram três

dimensões analíticas: “Representações das Plataformas Informáticas”, “Papel e ação do Estado nos processos de interação-relação com as escolas-agrupamentos tendo como instrumento de ação (mediação-regulação) as plataformas informáticas” e “Implicações das plataformas informáticas na ação do diretor”. Na presente comunicação propõe-se a apresentação dos resultados das implicações das plataformas informáticas na ação do diretor.

A ação do diretor é condicionada por “constrangimentos” associados à gestão das plataformas informáticas, cabendo-lhe lidar com as tensões entre escola e o poder central. Neste contexto encontramos traços de concepções de diretor como: (i) Burocrática, estatal e administrativa; (ii) Corporativa, profissional e pedagógica; (iii) Político-social; (iv) Gerencialista. O diretor vê condicionados os seus estilos de gestão, ao tomar decisões baseadas em informação dada pelas plataformas informáticas e mecanizando os processos de comunicação. A regulação da ação do diretor é visível no duplo constrangimento que as plataformas informáticas exercem sobre a sua ação, quer pela realização de tarefas conflituais, quer pela multiplicidade de papéis que lhe são conferidos, realçando a sua “dimensão micropolítica”.

Palavras-chave: Plataformas Informáticas; Regulação; Diretor

O projeto educativo e o plano anual de atividades numa lógica de agrupamento de escolas

Cidália Correia
cidalia.cidalia@gmail.com
Universidade Portucalense

Sandra Fernandes
sandraf@uportu.pt
Universidade Portucalense

Marta Abelha
abelhamarta@gmail.com
Universidade Portucalense

Nos últimos anos, tem-se assistido a um enfoque burocrático e tecnocrático nas organizações educativas. É dada uma grande primazia a documentos apelidados de orientadores, tais como o Projeto Educativo, o Regulamento Interno, o Plano Anual de Atividades, quando na realidade são meros floreados, mas que em pouco contribuem para uma maior autonomia ou promoção do sucesso educativo ou, mesmo, motivação dos seus agentes ou articulação entre os diferentes ciclos, que é o que se espera de um Agrupamento.

Este trabalho apresenta dados de um Relatório de Atividade Profissional Docente, no âmbito do Mestrado em Administração e Gestão da Educação, tendo como principal objetivo analisar de que forma o Plano Anual de Atividades tem como referência o Projeto Educativo e a sua articulação e compreender de que forma(s) o

Projeto Educativo de um Agrupamento de Escolas contribui, ou não, para a promoção do sucesso escolar.

A metodologia utilizada é de natureza qualitativa, uma vez que se trata de uma biografia centrada na vida profissional, revestindo a forma aproximada de um estudo de caso. A análise documental é a técnica de recolha de informação complementar, uma vez que foram analisados diversos documentos tais como o plano anual de atividades e o projeto educativo.

De uma forma geral, é possível concluir que a articulação curricular entre os diferentes ciclos de ensino, tem um elevado teor burocrático. O Plano Anual de Atividades parece resultar da colagem, das diferentes atividades, propostas pelas escolas do 1º Ciclo, pelos grupos disciplinares, departamentos e responsáveis de projetos. Na realidade, as atividades com alunos que mostram que há articulação, são em número reduzido.

Palavras-chave: Plano Anual de Atividades; Projeto Educativo; Articulação

Gestão democrática da educação na contemporaneidade: necessidade do fortalecimento das dimensões ética e política

Naura Syria Carapeto Ferreira
nauraf@uol.com.br
UTP/Brasil

Eloisa Helena Melo
SMED Ponta Grossa, UTP/ Brasil

Este trabalho propõe-se a demonstrar que a relação entre trabalho e educação no regime de acumulação flexível se expressa através de uma diferente forma de materialização da dualidade estrutural. Neste regime de acumulação, ao contrário do que afirma o discurso pedagógico, a dualidade se aprofunda a partir da relação que se estabelece entre o mercado, que exclui a força de trabalho formal para incluí-la de novo através de diferentes formas de uso precário ao longo das cadeias produtivas, e um sistema de educação e formação profissional, que inclui para excluir ao longo do processo, seja pela expulsão ou pela precarização dos programas pedagógicos que conduzem a uma certificação desqualificada. A partir do princípio da integração produtiva que caracteriza este regime de acumulação, são apontadas, como proposta inicial para ser aprofundadas, as categorias que constituem o que Kuenzer chama de dualidade negada na acumulação flexível. Por outro lado, o contexto mundial hodierno vem, há algum tempo acirrando a categoria violência, considerada no seu amplo sentido. O mundo em crise, conturbado

e violento pelas contradições e posições exacerbadas, choque de culturas, disputas, ganâncias, criminalidade associadas ou não ao tráfico de drogas, existência de grupos de extermínio, práticas repressivas em detrimento das ações preventivas e de investigação e agudização das desigualdades econômicas, políticas e sociais, a austeridade, a recessão, o desemprego, o aumento de impostos, cortes de salários, e tantas outras determinações estão exigindo rigorosa atenção, acuidade e providências em todos os sentidos. A formação humana, mas do que nunca está “jogo” neste turbilhão de debates e combates que só têm produzido violência gerando o medo e insegurança. A escola, a educação e a sua gestão, mais do que nunca é “chamada” a atender, nessa nova etapa histórica à formação humana que garanta sua plenitude de ser em *vir a ser*. Em especial, a dimensão ético-política da gestão da educação. Com estes raciocínios e poderosos excertos de legislação nacional e internacional é que se desenvolve “Gestão democrática da educação na atualidade: necessidade do fortalecimento das dimensões ética e política” que objetiva trazer à tona as análises necessárias de serem tratadas urgentemente na tentativa de superar esta crise hercúlea que atinge o tecido social.

Palavras-chave: Dualidade estrutural. Educação básica e profissional. Educação na acumulação flexível, violência, gestão da educação.

Caraterísticas e relevância que os diretores dos estabelecimentos da educação públicos atribuem ao atual modelo de gestão em vigor

Paula Romão
promao@ese.ipp.pt
Escola Superior de Educação do Porto

Paulo Delgado
pdelgado@ese.ipp.pt
Escola Superior de Educação do Porto

João Carvalho
joaomscarvalho@gmail.com
Instituto Universitário da Maia

A perspetiva dos diretores sobre o atual modelo de gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário, é particularmente relevante, para se realizar o balanço da sua aplicação. Este estudo pretende fazer uma análise dos seus resultados, uma vez decorrida uma década da sua entrada em vigor, recolhendo as perspetivas, pontos de vista e conclusões dos diretores, que fundamentem uma análise crítica e identifiquem desafios para o modelo formal e para a sua concretização, nas práticas da administração e gestão escolar. Um olhar reflexivo sobre o passado, no momento atual, que fundamente e proponha perspetivas para o futuro.

Para o efeito, recolhe um conjunto de mensagens que os atuais diretores, com experiência de gestão no atual modelo de gestão, gostariam de transmitir aos novos gestores que iniciem o seu trabalho de direção, a partir do seu percurso, da sua prática, e

da sua experiência. Os dados foram recolhidos em 2018 através de entrevistas exploratórias numa amostra estratificada, composta por 30 Diretores em funções, no distrito do Porto, com uma experiência de gestão de, pelo menos, 4 anos.

Os objetivos específicos deste trabalho são identificar a concordância ou discordância dos diretores com o modelo de gestão, com o processo de eleição do diretor pelo conselho geral, a importância que atribuem ao modelo de gestão na organização da escola e na sua ação quotidiana, bem como os principais problemas ou fatores de insucesso que associam à sua concretização, tendo em vista sinalizar possíveis contributos para a sua evolução.

Esta comunicação integra-se no estudo em curso no inED - Centro de Investigação e Inovação em educação, da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto, intitulado «A experiência do Diretor no atual modelo de gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário. Perspetivas e conclusões de uma década de aplicação.

Palavras-chave: Gestão escolar; Diretor; Organização da escola; Características do modelo; Mudanças.

Sessão B.1

7 novembro, 2019 | Sala 5.3.10 | 15h00-16h00

Eixo temático:

- 2. Avaliação, performatividade e rankings;
- 4. Gestão Democrática e Gerencialismo

Será o sucesso nos exames nacionais construído dentro ou fora dos muros da escola?

Andreia Gouveia
agouveia@upt.pt
Portugalense University

Esta comunicação pretende apresentar alguns resultados analisados no âmbito da realização da tese de Doutoramento da autora sobre a combinação de fatores intervenientes no processo de construção dos resultados escolares em Portugal. Este trabalho tem como principal objetivo conhecer as estratégias/iniciativas formativas das famílias e dos alunos relacionadas com a pressão dos resultados escolares (isto é, desenvolvidas para alcançar o sucesso académico), bem assim como as desenvolvidas pelo lado da oferta educativa, escolas e centros de explicações, na complexa construção dos resultados escolares. O estudo empírico aproxima-se da investigação por métodos mistos com recurso a estudos de casos múltiplos e à triangulação de recolha e análise de dados. Considerando um referencial teórico e empírico e a análise efetuada às listas de rankings de escolas publicadas em 2013, foi inquirido um grupo de alunos do 4º, 6º, 9º, 11º e 12º anos sujeitos a exames nacionais (Estudo 1) em duas escolas do topo e duas escolas da base das listas (uma pública e outra privada em cada um dos subgrupos), pretendendo conhecer e analisar quais as estratégias/iniciativas desenvolvidas dentro da escola – entrevistando a Direção sobre o tipo de apoios pedagógicos providenciados aos alunos na preparação para os exames nacionais face à pressão dos resultados académicos (Estudo 2);

e/ou fora das escolas – em centros de explicações, entrevistando os diretores sobre as razões que poderão levar os alunos a frequentarem os seus centros (Estudo 3). Os principais resultados obtidos permitiram verificar que os estudantes recorrem mais a apoios oferecidos fora das escolas – ‘explicações’ – do que a apoios oferecidos no interior das escolas (‘apoios pedagógicos’), sendo diferentes os motivos que levam os estudantes a optar por recorrer/rejeitar estes dois tipos de apoios.

Palavras-chave: Avaliação da educação; Exames nacionais; Explicações; Estratégias da aprendizagem; Sucesso escolar

Formação Contínua de Professores e os Contextos Profissionais: o Papel da Secção de Formação e Monitorização

Carlos Lopes
caralopes@gmail.com
Universidade Portucalense

Eusébio Machado
eacm.estp@gmail.com
Universidade Portucalense

Com a publicação do Decreto-Lei nº 127/2015, nomeadamente no artº.11º e 12º, que define as estruturas de direcção e gestão dos CFAE, a Secção de Formação e Monitorização assume um papel importante nas funções de coordenação, supervisão pedagógica e acompanhamento do plano de formação de atividades do CFAE, reflectindo esta estrutura os planos de formação de cada uma das escolas associadas, representado pelo responsável do agrupamento pelo plano de formação.

O presente trabalho procura indagar qual a relevância da Secção Formação e Monitorização para efectivação de uma formação contínua promotora do desenvolvimento profissional do professor, inserido na escola, e este como ator das suas próprias necessidades, bem como as da escola, definindo-se o perfil da Secção de Monitorização e Formação e a relevância desta neste novo dispositivo legislativo

Para o efeito conjugamos uma análise quantitativa e qualitativa suportada num inquérito por questionário, estruturado num conjunto de questões abertas e fechadas, dirigido aos membros da secção de monitorização e formação.

As principais conclusões do estudo evidenciam um forte empenhamento dos representantes do plano de formação dos agrupamentos, na comissão pedagógica dos CFAE's, para a ligação entre as necessidades de formação detectadas nos contextos profissionais, vinculada ao projeto educativo de cada agrupamento, permitindo a criação de uma rede de partilha entre as escolas associadas, nomeadamente na definição de linhas orientadoras dos planos de formação do CFAE's que comportem as pretensões dos agrupamentos.

A avaliação do impacto da formação é assumido pelos membros da secção de formação neste estudo, como uma das funções mais relevantes, pois permite aferir a relevância da formação para melhoria das aprendizagens, desenvolvimento profissional e inovação gerada pela formação, medida através de questionários ao longo da execução do plano de formação.

Os elementos da secção de formação e monitorização consideram ser essencial clarificar alguns aspectos na nova organização e gestão dos CFAE's, a saber: a representatividade no conselho pedagógico, a distribuição de horas na componente letiva, o pagamento das deslocações, o reconhecimento dos pares e a colaboração das estruturas intermédias como factores que influenciam de forma negativa o desempenho do representante do plano de formação de agrupamento.

Palavras-chave: Formação contínua; CFAE; Contextos Profissionais; Secção de formação e monitorização

Avaliação das Aprendizagens em Portugal: Um olhar transversal sobre os fundamentos teóricos, as políticas educativas e as práticas

Júlio Pedrosa
julio.pedrosa@ua.pt
University of Aveiro

Carlinda Leite
carlinda@fpce.up.pt
University of Porto

Maria João Rosa
m.joao@ua.pt
University of Aveiro

Isabel Pinho
isabelpinho@ua.pt
University of Aveiro

A avaliação das aprendizagens, enquanto dimensão organizadora do currículo e das práticas pedagógicas, assume uma relevância transversal a todos os níveis de educação. “Medir” e “aferir” as aprendizagens pode constituir-se, assim, uma ferramenta que permita alinhar os diversos atores de todo o sistema, com vista à melhoria da aprendizagem e a articulação vertical entre os diversos níveis de ensino.

Partindo deste enquadramento, este estudo requiere a construção de um referencial teórico que sustente o conceito de avaliação das aprendizagens, dando conta dos fundamentos, modelos e das suas dimensões estruturantes. Adicionalmente, tem-se em conta os

modelos e experiências de entidades supranacionais que, de algum modo, parecem influenciar as políticas educacionais (Banco Mundial, Unesco; OCDE, Comissão Europeia).

Em Portugal, na atual situação de um novo enquadramento do sistema educativo não superior obriga as escolas a alinharem a sua estratégia e práticas de avaliação com o enquadramento legislativo e normativo (DEC_LEI-Nº55-2018). Adicionalmente as nossas audições preliminares, a responsáveis de agrupamentos escolares, mostram que existem questões e dificuldades que será relevante analisar para refletir e pensar a avaliação das aprendizagens. Note-se que existe um referencial de resultados de aprendizagem (“learning outcomes”) que deve estar alinhado com o referencial veiculado pelas competências previstas no “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória” bem como com o currículo e com as práticas de Ensino/Aprendizagem.

As orientações, tanto internacionais como nacionais, têm apontado para um sistema de avaliação orientado em três lógicas: avaliação da aprendizagem, avaliação para a aprendizagem e avaliação como aprendizagem. Este sistema traduz-se na diversidade de instrumentos e métodos de avaliação a utilizar, tanto numa perspetiva de avaliação formativa como sumativa, implementada a diferentes níveis: escola, nacional e internacional. Esta base de conhecimento será suporte para as próximas etapas de análise dos indicadores em uso e perceções dos professores sobre o processo em curso.

Palavras-chave: Avaliação das aprendizagens; Qualidade; Modelos

Projetos educativos e avaliação: questões das práticas em seis agrupamentos de escolas

Catarina Rodrigues
Universidade de Aveiro
canrodrigues@ua.pt

Mariline Santos
Universidade de Aveiro
mariline.santos@ua.pt

A retórica da avaliação, muito associada ao movimento de *accountability*, é transversal a todos os sistemas da vida social, tendo-se tornado central no âmbito das políticas educativas, em várias escalas (transnacionais, nacionais, regionais e locais).

Em Portugal, no que às organizações educativas diz respeito, a introdução ou reforço de processos avaliativos é legitimada por diversos argumentos destacando-se, entre outros, os associados à ideia de crise da escola, de perda de qualidade e de aumento de autonomia das escolas.

Neste artigo propomo-nos (1) abordar, do ponto de vista teórico, o conceito de avaliação associado ao movimento de *accountability*; (2) discutir questões relacionadas com a construção de projetos educativos; (3) analisar, à luz do enquadramento teórico, os projetos educativos disponibilizados por seis agrupamentos de escolas.

Temos como principal objetivo perceber - a partir da análise dos projetos educativos - se o exercício planeado de avaliação decorre de uma abordagem democrática deliberativa da avaliação, assente em princípios de inclusão, diálogo e deliberação.

Palavras-chave: Avaliação; *Accountability*; Transparência; Projeto Educativo

A gestão de recursos em contexto escolar: um olhar sobre as perspetivas dos diretores de escola

Duarte, Pedro
pedropereira@ese.ipp.pt
Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico do Porto

Diogo, Vera
veradiogo@ese.ipp.pt
Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico do Porto

Teixeira, Inês
inesteixeira@ese.ipp.pt
Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico do Porto

Diogo, Fernando
fdiogo@ese.ipp.pt
Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico do Porto

Os processos de gestão escolar têm implicações múltiplas, como no desenvolvimento profissional dos funcionários e na interação docente, ou, ainda, em dimensões mais administrativas, como a gestão das estruturas, dos materiais e do orçamento (Hairon, 2019). Nesse sentido, e mesmo reconhecendo que tomar a racionalidade económica como único orientador das dinâmicas de gestão é insuficiente para se compreenderem os processos de administração educacional (Lima, 2018) é pertinente não esquecer que estes processos de liderança implicam processos de gestão de recursos (Sugrue, 2015). Deste modo, reconhecemos que os conceitos provenientes dos campos mais clássicos da gestão também podem ser

mobilizados (e adaptados) para a compreensão dos fenómenos de administração educativa (Day et al., 2011).

Para o presente texto centrar-nos-emos na gestão dos recursos materiais, financeiros e humanos e na perspetiva dos líderes escolares relativamente a tal aspeto. Até porque a gestão desses recursos, apresenta-se como um processo estruturante da ação dos diretores, tendo implicações efetivas no funcionamento da organização, nas intervenções específicas de cada um dos agentes e, ainda, na aprendizagem dos estudantes (Day et al., 2011; Sacristán, et al., 1995). Especificamente, propomo-nos desvendar se há ou não modelos de comportamento distintos do diretor na gestão dos recursos materiais e financeiros, por um lado e na gestão dos recursos humanos em sentido amplo, por outro.

Metodologicamente, procedemos à realização de 30 entrevistas individuais¹ - numa amostra estratificada que corresponde a 22,7% do universo estudado - aos diretores de agrupamentos de escolas do distrito do Porto que detinham uma experiência de gestão igual ou superior a 4 anos.

Após a análise de conteúdo desenvolvida (Bardin, 2011), constatase que os diretores escolares praticamente reduzem os recursos materiais aos recursos financeiros, perspetivando a sua gestão como algo de extrema responsabilidade na sua ação, apesar de se tratar de pouco mais do que um processo sobretudo contabilístico, amplamente limitado por um controlo orçamental hetero-imposto. No domínio dos recursos humanos, aqueles profissionais, apesar de salientarem constrangimentos estruturais que dificultam a sua tarefa, parecem denotar que a sua gestão é essencial ao funcionamento escolar e, ainda, à construção de um projeto educativo próprio, fundado na colaboração e participação. Os dados indiciam que as visões gerencialista (tendencialmente associada aos recursos financeiros) e democrática (mais veiculada aos recursos humanos) coabitam o espaço escolar.

Palavras-chave: Liderança Educativa; Diretor; Gestão de recursos

1 No âmbito do projeto intitulado "A experiência do diretor no atual modelo de gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Perspetivas e conclusões de uma década de aplicação" e concretizado por uma equipa de investigadores do Centro de investigação e Inovação em Educação (inED) da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto.

Sessão B.2

7 novembro, 2019 | Sala 5.3.27 | 15h00-16h00

Eixo temático:

3. Excelência e equidade na escola

Diretores de escolas que enfrentam o desafio de uma educação de equidade e excelência

Cristina Cruz González
cristinacg@ugr.es
University of Granada

Estudos recentes defendem a grande importância da liderança educativa no trabalho dos diretores (Leithwood & Riehl, 2005; Day, 2016). Este tipo de liderança contribui para uma educação de qualidade, e como inúmeras pesquisas sobre este assunto compartilhar, esta liderança é alcançada com uma visão compartilhada de valores educacionais, apoio profissional e compromisso, e a abertura do centro para a comunidade (Day et al., 2010; Drysdale, & Gurr, 2016). É por isso que a regulamentação educativa da Espanha propõe uma figura de diretor como “líder pedagógico”.

Excelência e equidade na escola é um remanescente do sistema educacional espanhol. Em contextos de especial dificuldade, torna-se ainda mais evidente a necessidade de uma liderança orientada para a justiça social (Taylor, 2000). Para garantir uma verdadeira equidade educacional, neste caso, os diretores de escola devem assumir um perfil adaptado ao seu contexto.

Este estudo explora as vozes dos diferentes directores que desenvolvem o seu trabalho em centros espanhóis classificados como “centros de difícil desempenho” mas com excelentes resultados educativos (segundo a Agência Andaluza de Avaliação Educativa “AGAEVE”), investigando a forma como exercem a sua liderança para conseguir uma melhoria educativa.

Este estudo faz parte do projecto internacional ISSPP (International Successful School Principalship Project). Por esta

razão, a selecção dos casos foi feita com base nos critérios deste projecto. O método de pesquisa consiste em “estudos de caso” através de entrevistas semi-estruturadas, análise documental e observação participativa dos diretores de escola na província de Granada. Os dados coletados foram analisados utilizando os princípios básicos da Teoria Fundamentada. Dessa forma, os temas emergentes foram detectados através das vozes desses diretores de escola.

Os resultados revelam a importância de construir uma liderança baseada em princípios de trabalho em equipe, compromisso, colaboração, treinamento de habilidades interpessoais e em grupo, bem como o estabelecimento de vínculos com organizações externas e serviços de apoio escolar e educacional. Além disso, os diretores também destacam as dificuldades inerentes ao seu papel, como a sobrecarga de trabalho devido a questões burocráticas, e expõem diferentes linhas de melhoria para alcançar a educação baseada na equidade. Especificamente, os diretores entrevistados em nosso estudo levam em contextos escolares desafiadores. Através da análise do discurso realizado, observamos como os centros de difícil desempenho com excelentes resultados selecionados, mostram uma cultura profissional de liderança baseada na justiça social.

Em conclusão, consideramos que em um contexto de desafio, a função do diretor deve adquirir um caráter comprometido e orientado para a justiça social, deixando de lado o “papel gerencial/administrativo” e buscando o sucesso na igualdade de oportunidades. Apesar do fato de que as regulamentações educacionais na Espanha estão caminhando para a realização desta liderança pedagógica, há muitas ações que devem ser realizadas. Algumas delas incluem formação e colaboração entre centros para a melhoria da educação.

Palavras-chave: diretores de escola, liderança educacional, identidade profissional, contexto espanhol

A gestão escolar na perspectiva dos envolvidos em um município do nordeste brasileiro

Ivaneide Dantas
ivaneided@gmail.com
Universidad Nacional de Misiones

Lauro Vieira
lauro.vieira@ua.pt
University of Aveiro

Juliany Vieira
julianyvieira@gmail.com
Faculdade Pernambucana de Saúde

Os indicadores da educação no Brasil ao longo dos últimos anos têm demonstrado avanços importantes porém quando comparados a países desenvolvidos, cujo investimento na educação é prioridade, ainda está longe de se considerar o desempenho dos estudantes brasileiros satisfatório.

O objetivo do presente estudo foi analisar as ações da gestão escolar que contribuem para a melhoria dos resultados dos estudantes do ensino fundamental no 9º. Ano de escolas públicas do município do Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco, na visão dos gestores, estudantes, docentes e supervisores.

O estudo realizou-se em duas fases: a primeira buscou estabelecer, através de aplicação de inquérito por questionários semiestruturados quais as ações de gestão que contribuíram para a melhoria de resultados. A segunda fase analisou os diferentes olhares em relação as categorias que emergiram dos resultados da primeira fase.

Participaram da primeira fase 140 gestores de todas as modalidades educativas (creche, pré-escola, ensino fundamental), correspondendo a 65%, dos gestores da rede municipal. Na segunda fase participaram 14 professores, 223 estudantes, 1 gestor e 2 supervisores.

O maior percentual de respostas da primeira fase relacionou-se com ações de gestão que envolveram a família na vida escolar do aluno, o foco nas necessidades dos alunos, a forma de acolher e dar atenção à comunidade escolar, a existência de projetos pedagógicos e a relação democrática do gestor com toda a comunidade escolar.

Na segunda etapa, as categorias que apresentaram maior percentual de concordância referiram-se as ações da gestão como: foco no estudante, compromisso, aulas atrativas, inovação, busca por resultados, assiduidade dos profissionais e alunos, organização do trabalho pedagógico, materiais e projetos pedagógicos, relacionamento interpessoal, formação de professores, processos comunicacionais, acolhimento, democracia, merenda, protagonismo dos estudantes, estrutura das escolas, mediação de conflitos, relação família e escola.

Em relação as ações que contribuem para a melhoria dos resultados escolares, conclui-se que a visão do gestor e demais profissionais que trabalham na escolar são equivalentes e classificaram todas as categorias que emergiram na primeira fase do como importantes.

Na percepção dos estudantes as ações mais valorizadas demonstram necessidade de atenção e acompanhamento permanente com os próprios discentes e a utilização de aulas atrativas e inovadoras.

Palavras-chave: Gestão; Educação; Resultados Educacionais

Os caminhos da educação inclusiva em Portugal a partir do discurso normativo nos últimos trinta anos

Joaquim Brigas
joaquim.brigas@igec.mec.pt
Inspeção-Geral da Educação e Ciência

O discurso normativo do estado português, na atualidade e em relação à escola pública, assume como elemento central a educação inclusiva, estabelecendo os princípios e as normas que garantem a inclusão de todos e cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa. Desde a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986, até aos dias de hoje detetamos variações nesse mesmo discurso normativo.

As políticas públicas em torno da educação inclusiva têm enfoques distintos nestes últimos trinta anos. Num primeiro momento a centralidade política está no processo de integração de alunos com necessidades educativas especiais na escola regular, sendo o Decreto-Lei n.º 319/91 o seu principal esteio normativo. De seguida, com a publicação do Decreto-Lei n.º 3/2008, o discurso passa de uma lógica de integração para a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais na escola regular. Na atualidade, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 54/2018, a intencionalidade normativa continua centrada na inclusão, agora não apenas dos alunos com necessidades educativas especiais, mas de todos e de cada aluno.

A comunicação é o resultado de um processo de reflexão a partir da análise dos três documentos normativos da república portuguesa,

sendo usados como filtros: a grelha de revisão e análise das políticas nacionais, um documento da UNESCO e também o quadro de análise para mapeamento inclusivo políticas de educação, documento da autoria da Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva. Trata-se de um trabalho de análise interpretativa, tomando por referência os indicadores das duas instituições internacionais, com vista à aferição da qualidade da escola inclusiva patente nas políticas públicas implementadas pelo quadro legislativo

As conclusões obtidas a partir da análise dos normativos da república permitem apreciar qual o caminho seguido relativamente às políticas públicas em torno da educação inclusiva. Estamos perante um processo em que se pede às escolas que se vão capacitando para prestarem um serviço educativo com maior qualidade e a um público cada vez mais heterogéneo. Verifica-se, ainda, que os modelos de atendimento foram ganhando maior abrangência e também maior diversidade, com melhoria na qualidade do serviço prestado.

Palavras-chave: qualidade, inclusão, equidade

Equidade social e políticas educacionais: (outras) epistemes e práticas da universidade cubana

Maikel Pons Giralt
maikelpg79@gmail.com
Universidade Federal de Minas Gerais

Esta comunicação tem como objetivo avaliar o tratamento epistêmico, teórico e prático da problemática da equidade social nos diferentes níveis de políticas educacionais, com ênfase no contexto universitário cubano. Para esse fim, o autor faz uma análise dos principais documentos que traçam os princípios da equidade social da política educacional cubana no ensino superior, bem como várias pesquisas educacionais e ciências sociais sobre o tema e seus impactos para a universidade cubana.

Os principais métodos e técnicas utilizados são: análise documental e análise de conteúdo. A investigação permite identificar que o tratamento oferecido à equidade social ainda é insuficiente a partir do desenho e implementação nos diferentes níveis de políticas educacionais. Da mesma forma, o campo epistemológico das políticas educacionais que permitem o tratamento coerente e sistêmico das questões de equidade social é considerado insuficiente.

Nesse sentido, a partir da pesquisa, o autor enuncia pressupostos epistêmicos e praxeológicos que permitem a (de) construção de políticas educacionais para promover uma melhor compreensão e tratamento das dimensões da equidade social no contexto universitário cubano.

Palavras-chave: políticas educacionais, universidade, equidade social.

A introdução do Inglês no curriculum do 1.º CEB - uma análise político-organizacional

Tereza Verdade
tverdade@gmail.com
University of Aveiro

Paralelamente às reformas sociopolíticas mundiais, envolvendo o estatuto e ensino da língua inglesa e, em cumprimento das orientações do Conselho da Europa e da Comissão Europeia, Portugal introduziu o Inglês no curriculum do 1.º CEB, “tendo em vista garantir uma maior equidade no acesso ao domínio da língua inglesa por parte de todos os alunos, “ (...) e com o “objetivo de uniformizar e tornar coerente o ensino da língua, (...) de forma a atingir um domínio mais exigente e mais harmonizado com os referenciais internacionais existentes”. (preâmbulo do D.L. n.º 176/2014, 12 de dezembro).

No âmbito das políticas educativas e da administração educacional procuraremos, neste estudo, perceber se as práticas administrativo-organizativas dominantes estão em congruência com discursos veiculados pelos normativos legais. Isto é, até que ponto é que a operacionalização desta medida preconizada pelos normativos não tem sido comprometida pela escassez de recursos materiais e humanos.

Assim, este trabalho de investigação tem como objetivo central: i) perceber se a inserção do Inglês na matriz curricular do 1.º CEB reflete as recomendações preceituadas, pelos normativos político-legais e documentos de gestão escolar, ou se apresenta algumas assimetrias, decorrentes *quiza* da falta de uniformização de critérios de operacionalização e outros constrangimentos, nomeadamente, contextuais.

O estudo está relacionado com um projeto de investigação em curso, sobre a introdução do Inglês no curriculum do 1.º CEB, relativamente aos aspetos organizacionais e curriculares que envolvem o ensino-aprendizagem desta faixa etária.

Palavras-chave: Inglês curricular do 1.º CEB, políticas educativas, organização e operacionalização.

Sessão C.1

8 novembro, 2019 | Sala 5.3.13 | 11h00-12h00

Eixo temático:

5. Autonomia e financiamento em contextos híbridos
(público e privado)

Os Limites da Gestão Financeira das Políticas de Expansão das Universidades Federais no Brasil: Inviabilidade das ações afirmativas?

Jailson dos Santos¹

jailson.pesquisaufrj@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ

O objetivo desse estudo é estabelecer a relação entre os limites orçamentários impostos pelo governo central para a gestão financeira das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no Brasil, e a execução das políticas de expansão destas instituições, cuja finalidade é atender os grupos da sociedade brasileira que, historicamente, têm sido excluídos do acesso às IFES. Com base nos dados estatísticos oficiais, esse trabalho pretende analisar o modo pelo qual as políticas de ações afirmativas destinadas ao ensino superior, definidas pelo Governo Central, a partir do início da segunda década do Século XXI, mudaram gradativamente a composição socioeconômica e étnico-racial dos *campi* universitários do país, pois sob o impacto das políticas de expansão as matrículas nos cursos de graduação das IFES cresceram 145,8% entre 2009 e 2017, e o número de vagas oferecidas neste mesmo período aumentou em 39%.

Contudo, em face das crises socioeconômica e político ideológica, ocorridas no Brasil a partir de 2015, a gestão administrativo-pedagógica

¹ Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Lotado na Pró-Reitoria de Graduação da UFRJ para desenvolver o Núcleo de Produção e Análise de Dados Estatísticos (NUPADE-UFRJ).

Pós-Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense.

das IFES, por insuficiência de recursos financeiros, está praticamente impedida de prover os insumos básicos para o pleno funcionamento das instituições universitárias, como é o caso: da manutenção periódica dos prédios e dos equipamentos dos *campi*; de recursos suficientes para manter em dia os pagamentos às concessionárias de luz, gás, telefones e serviços de internet; de verbas suficientes para auxílio aos alunos oriundos de famílias de baixa renda, dentre outros.

O pífio crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do País, que o colocou na recessão, associado à queda da arrecadação de impostos, têm influenciado diretamente as dotações orçamentárias do Ministério da Educação(MEC), que utiliza a prática do contingenciamento de verbas a qual se converte em cortes orçamentários, como foi o caso do ano de 2018, cujos gastos finais do MEC tiveram uma diminuição de 12% em relação à dotação inicial. Se permanecer este quadro, em breve as políticas de expansão e de ações afirmativas estarão inviabilizadas.

Palavras-chave: gestão financeira; políticas de expansão; ações afirmativas

Perceções sobre a Formação de Professores e a Administração da Educação em Timor-Leste: resultados de um estudo de caso

José Ascenso
j.nobrega.ascenso@gmail.com
Universidade Portucalense

Sandra Fernandes
sandraf@uportu.pt
Universidade Portucalense

Cândido Gomes
candidoacg@gmail.com
Universidade Católica de Brasília

Este artigo procura descrever e analisar a formação de professores no Instituto Católico de Formação de Professores (ICFP) de Baucau (*Baucau Teachers College*), em Timor-Leste.

Trata-se de um estudo que decorre no âmbito de um projeto de investigação no Mestrado em Administração e Gestão da Educação, da Universidade Portucalense “Infante Dom Henrique”, do Porto, Portugal.

O estudo procura conhecer a perspetiva dos responsáveis pela administração e gestão do ICFP, bem como as perceções dos próprios professores formados neste Instituto.

A recolha de dados será efetuada com base numa análise documental de informação existente, a realização de uma entrevista semiestruturada aos responsáveis pela administração e gestão do ICFP e a aplicação de um inquérito por questionário aos professores formados no ICFP.

Os resultados do projeto visam contribuir para a identificação dos pontos fortes e aspetos a melhorar relativamente aos modelos de administração e gestão implementados, identificando as oportunidades e desafios para a melhoria da formação de professores no ICFP de Baucau.

Palavras-chave: Formação de Professores, Administração e Gestão da Educação, Timor-Leste

Autonomia escolar em Portugal: uma linha do tempo para normativos e práticas

Maiza Trigo
matrigo_rn@hotmail.com
FPCEUC

António Ferreira
antonio@fpce.uc.pt
University of Coimbra

O enquadramento atual do Sistema Educativo Português foi estabelecido com a publicação do Decreto-Lei 46/86, de 14 de outubro, e, desde então, a expressão “autonomia escolar” passou de “não mencionada” a “sobre utilizada” (a considerar as 53 vezes em que aparece no Decreto-Lei 75/2008, de 22 de abril). O “Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de ensino pré-escolar e de ensino básico e secundário” (RAAG), ao abrigo do Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio, apresenta a ideia inovadora do “contrato de autonomia”. No entanto, há uma lacuna temporal entre a publicação da lei e a primeira assinatura e o projeto-piloto realmente começou após dois processos de avaliação institucional; primeiro, escolas com programas instituídos de autoavaliação(?) e, na segunda etapa, escolas que passaram por um piloto de avaliação externa. Entre as gerações dos contratos não houve a avaliação da sua política, o que em si constitui o problema central do processo (a primeira geração de contratos com 24 escolas), em que os diretores das escolas não foram abordados para nenhum tipo de reflexão nem discussão e “novas” políticas emergem endereçando os mesmos fins. Como parte de uma investigação em desenvolvimento, este artigo

irá revelar, uma linha do tempo a partir dos normativos legais e das práticas instituídas em direção à autonomia. O tratamento dos dados é feito através da análise de conteúdo, pela análise de relações e categorização proposicional. Para este trabalho, a principal questão de pesquisa e sua análise são resumidas à apresentação de uma categoria de dados (“Legislação versus execução”). Confrontando os dados nas categorias, retira-se um panorama de sentimentos contraditórios em relação à autonomia concretizada, num sentido de que há esperança de uma nova perspectiva, num balanço entre a “ficção necessária” (Barroso, 2004) e a “terra prometida” (Lima & Afonso, 1995). No entanto, é preciso referir que a reflexão sobre a autonomia escolar deveria estar centrada em sua ressignificação através de, pelo menos, estes três aspetos: a avaliação das políticas de autonomia escolar, através inclusivamente da auscultação dos agentes envolvidos; o processo de regulação da política do contrato de autonomia, pela carência de um processo construtivo; e a sobreposição de políticas de “autonomia”, nomeadamente o piloto de “descentralização/municipalização”, que mitigam o protagonismo do poder de decisão local e do papel do diretor.

Palavras-chave: Autonomia escolar; Contrato de autonomia; Transferência de competências

A privatização da gestão e a promessa de garantia de qualidade nas organizações educativas: O caso das Charter Schools (EUA)

Mariline Santos
Universidade de Aveiro
mariline.santos@gmail.com

Catarina Rodrigues
Universidade de Aveiro
canrodrigues@gmail.com

A crise no Estado-Providência e a ineficiência do Estado enquanto fornecedor de serviços são, de acordo diversos autores, consideradas as principais impulsionadoras da adoção de políticas de influência neoliberal na reforma administrativa.

Associando-se os conceitos de Estado Mínimo (redução do poder do Estado e da despesa pública através da privatização e das lógicas de mercado) e de Nova Gestão Pública, surge um estilo de *governança* onde as fronteiras público/privado se esbatem numa parceria que se diz capaz de combater a burocracia e de melhorar a qualidade do serviço prestado.

No caso da Educação, falamos de uma progressiva privatização da Escola Pública pela introdução do elemento privado através do financiamento, do fornecimento de serviços, nas inspeções, auditorias e certificação de qualidade das escolas e da oferta formativa e, inclusivamente, na própria gestão escolar.

Observe-se o caso dos Estados Unidos da América onde se deu início à adoção de políticas neoliberais ainda nos anos oitenta, durante

o governo de Ronald Reagan. Decorrente do baixo desempenho dos alunos em testes internacionais e da divulgação do relatório *A Nation at Risk*, o Governo assume a necessidade de uma profunda reforma administrativa promotora de melhoria da qualidade educativa, dando início a processos de descentralização e desregulação das escolas públicas pela introdução de políticas de mercado. Fomentou-se a escolha de escola (pública/privada) através de programas de apoio financeiro aos alunos (*vouchers* e benefícios fiscais), da criação de escolas especializadas (*Magnet Schools*) e de um novo modelo híbrido de escolas, públicas mas de gestão privada - as *Charter Schools*.

Neste artigo, realizado com base em análise bibliográfica de publicações, artigos e estudos feitos por investigadores da área, partindo da abordagem dos conceitos teóricos associados ao (1) neoliberalismo, (2) Nova Gestão Pública, (3) *governança* e (4) privatização, temos por objetivo analisar o caso das *Charter Schools* - escolas públicas, de gestão privada e livres da maior parte da regulação estatal. Analisar-se-ão também as promessas de garantia de qualidade na Educação em torno deste modelo de escolas, denominadas de *education's best hope* e consideradas laboratórios de desenvolvimento de novas práticas pedagógicas, que não se cumprindo tiveram, em alguns locais, o efeito inverso, fazendo aumentar a segregação e a falta de equidade, tanto no acesso como no sucesso educativo.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Nova Gestão Pública; Governança; Privatização; Charter Schools

Sessão C.2

8 novembro, 2019 | Sala 5.3.27 | 11h00-12h00

Eixos temáticos:

- 2. Avaliação, performatividade e rankings
- 4. Gestão democrática e gerencialismo

Perfil do Gestor Escolar

Agostinho Inácio Bucha
Escola Superior de Ciências Empresariais
Instituto Politécnico de Setúbal
agostinho.bucha@esce.ips.pt

A Escola atual é o reflexo da sociedade multifacetada, inovadora, global e diversa, de que é parte integrante, pelo que hoje debate-se qual o modelo de gestão a aplicar e a questão primordial passa por compreender qual a estratégia que queremos para o sistema educativo como componente do ambiente sustentável e assim poderemos pensar no desenvolvimento de um processo de gestão de escola em que o gestor assume um papel primordial que vá de encontro aos desafios e expectativas da sociedade, de forma a construir um ecossistema em que todas as organizações devem estar presentes.

A nível internacional, durante as últimas décadas têm aparecido com maior intensidade, novos desafios que se devem traduzir em estratégias, o que implica que a escola tem sofrido grandes e profundas reformas e outras se seguirão, pelo que um outro modelo de escola exige uma nova conceção na gestão e administração das instituições educativas. Contudo em Portugal, a gestão da escola continua a deparar-se com vários obstáculos, apesar de teoricamente se ter pretendido implementar mais autonomia. O grande problema da educação em Portugal é a falta de consenso sobre o que fazer, como fazer e durante quanto tempo fazer, avaliar resultados e aproveitar o que foi bem realizado e criar bases para uma evolução sustentável.

Em Portugal quando se fala na gestão da escola, é obrigatório referir que o gestor seja um professor, mas o gestor pode não ser professor, mas deverá ter consciência que vai gerir uma escola com

a ajuda do conhecimento e empenho dos professores, que apesar de terem assistido à diminuição do seu estatuto na sociedade, tudo fazem para melhorar os processos de aprendizagem e muitas vezes estão ausentes do discurso político. O que pretendemos realçar é que o gestor da escola tem de ter conhecimentos de gestão, não esquecendo a área pedagógica, de modo a potenciar o desenvolvimento de todos.

No âmbito da UC “Modelos de Gestão Escolar” do Mestrado em Gestão e Administração de Escolas” do Instituto Politécnico de Setúbal foi desenvolvido um trabalho de investigação cujo objetivo geral é caraterizar o perfil do gestor escolar tendo por base um questionário trabalhado com os alunos (professores) da UC referida.

No congresso serão apresentadas as conclusões do referido trabalho.

Palavras-chave: Gestão Escolar; Pedagogia; Estratégia

Análise do Sistema de Avaliação da Educação Básica Brasileira - Saeb 2019: Nuances de um novo formato.

Emilce Pacheco
emilcepacheco81@gmail.com
University of Aveiro

Nesta comunicação, analisa-se a atualização do Sistema de Avaliação da Educação Básica brasileira -Saeb, com a finalidade de contribuir com as pesquisas sobre formas de avaliação, no sentido de cooperar mais acertadamente aos desafios dos sistemas educacionais. A apresentação destacará os seguintes aspectos: (1) estrutura da Educação Básica Brasileira (2) O Sistema SAEB: de 1990 a 2019 (3) Nuances do novo formato e conclusões.

A Educação Básica (constituída do ensino Infantil, ensino Fundamental e Ensino Médio) é obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) ao 17 (dezessete) anos e desde 1990 o Brasil aplica o Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb.

Às proximidades de completar 30 anos de realização, o Saeb é reestruturado em 2019 para se adequar à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada no final de 2017. A BNCC torna-se a referência na formulação dos itens do 2º ano (língua portuguesa e matemática) e do 9º ano do ensino fundamental, no caso dos testes de ciências da natureza e ciências humanas, utilizando a forma amostral, diferentemente dos anos anteriores que era censitário. As avaliações conhecidas pelas siglas ANA, Aneb e Anresc deixaram de existir.

A avaliação da alfabetização passa a ser realizada no 2º ano do ensino fundamental, inicialmente de forma amostral. Na

forma de estudo-piloto, iniciarão a avaliação da educação infantil. Secretários municipais e estaduais também passam a responder questionários eletrônicos.

Apesar da ampliação do formato, critérios de avaliação, principalmente para aproximação de modelos de avaliações internacionais, ainda analisamos com temor a medição como elemento orientador da avaliação, mais voltada para o desempenho em conteúdos, outros elementos que envolvem as problemáticas da educação, ainda serão deixados de lado, estruturas físicas, diferenças/desigualdades regionais, salários de professores abaixo do piso nacional, satisfação e saúde docente no trabalho, dentre outros, que deveriam ser levados em consideração e assim, ter um subsídio mais real para análise, reordenamento e elaboração de novas políticas públicas para educação.

Palavras-chave: Avaliação; Educação Básica; Saeb

A sublimação instrumental e tecnológica da avaliação das escolas: entre a heteronomia da avaliação externa e a autonomia da autoavaliação

Henrique Ramalho

hpramalho@esev.ipv.pt

Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Viseu

Araújo Fernanda

fernandaalves@aeinfias.com

Agrupamento de Escolas de Infias, Vizela

O tema principal deste ensaio sintetiza-se no pressuposto de estar a ocorrer uma determinada sublimação instrumental e tecnológica da avaliação das escolas. É criado, assim, o enfoque teórico e empírico na desconstrução da neutralidade ideológica com que, normalmente, a avaliação das escolas é formalizada.

A propósito, surgem-nos os seguintes desassossegos temáticos: *i)* Como é que as novas políticas educativas, recentemente focalizadas na avaliação de escolas, têm permitido a articulação concetual entre a avaliação externa e o desafio da descentralização (política) do sistema educativo?; *ii)* Em discurso oficial, como nos tem sido apresentada a articulação entre autoavaliação e a autonomia (política e cultural) das escolas e seus atores? *iii)* Que interseções políticas, culturais e ideológicas têm ocorrido nos vários exercícios legislativos do pós 25 de abril de 1974 em prol da simultaneidade de políticas de standardização e de flexibilização educacionais?

Eis três questões teóricas que lançam o mote ao nosso objetivo de analisar as hesitações e os avanços operados na institucionalização

das políticas de avaliação das escolas, num exercício analítico interpretativo da respetiva semântica política e ideológica do discurso oficial. Aventamos uma abordagem metodológica assente na análise de conteúdo sistemática do tipo temático categorial de um *corpus* documental.

Os nossos resultados preliminares apontam para a instrumentalização da avaliação em prol da institucionalização de uma agenda da qualidade das escolas públicas pensada a partir de fora. Ao mesmo tempo, agiliza mecanismos de uma hibridez organizacional da escola, convencionando a articulação entre orientações de feição centralista e opções sedeadas na periferia, quanto ao modelo de organização, gestão e prestação do serviço educativo. Termos como autonomia e descentralização fortemente conectados ao capítulo da avaliação das escolas, mais do que fins, passam a ser instrumentos postos ao serviço daquela hibridez organizacional, a propósito da qual convocamos o ilogismo de uma escola arquitetada entre o centralismo decisional, pela via da avaliação heterónoma e a autonomia gestonária na linha procedimental da autoavaliação.

Palavras-chave: avaliação de escolas, heteronomia avaliativa, autonomia para (auto)avaliar, hibridez organizacional da escola.

O papel das lideranças no sucesso educativo: estudo de caso

Teresa de Jesus Correia Santos
tjcps@sapo.pt
University of Minho

Maria Palmira Alves
palves@ie.uminho.pt
University of Minho

Os desafios que hoje se colocam às escolas e aos professores exigem um trabalho colaborativo ao nível das lideranças de topo e intermédias. As sucessivas mudanças legislativas têm, também, conduzido a um enfoque acrescido nestes líderes, atribuindo-lhes um papel cada vez mais complexo e exigente, nomeadamente, na articulação entre os diferentes atores para a concretização do sucesso escolar. Para o poder executivo, o desenvolvimento da autonomia e a consequente responsabilização e prestação de contas passa, não só pela centralidade da figura de um diretor, ao qual é confiada a gestão administrativa, financeira e pedagógica, mas também pela atribuição de poderes de liderança, supervisão e decisão aos líderes intermédios.

Após uma tendência inicial para um enfoque na escola como um todo, refletida nas políticas educativas e curriculares, tem vindo a ser considerada decisiva a influência destas comunidades de prática na qualidade das aprendizagens dos alunos.

Consequentemente, a atuação das lideranças intermédias é, cada vez mais, um elemento fulcral na qualidade do ensino e na promoção do sucesso educativo.

Nesta comunicação apresentamos um estudo, realizado num agrupamento de escolas, localizado na zona Norte do país, onde o insucesso no terceiro ciclo de ensino básico foi relevante e, atualmente, residual. O principal objetivo do estudo foi compreender as dinâmicas do diretor e dos departamentos que contribuíram para a diminuição das retenções, entre 2016 e 2018 no agrupamento. Os principais instrumentos de recolha de dados foram a análise documental (legislação e atas) e entrevistas realizadas a sete professores com cargos de liderança.

Os resultados salientam a importância dos departamentos curriculares e demais estruturas intermédias, bem como dos seus responsáveis, na promoção de um clima de colaboração, partilha e articulação, que muito contribuiu para a melhoria do ensino e da aprendizagem.

Palavras-chave: ensino básico; lideranças; políticas educativas; sucesso escolar

Sessão D.1

8 novembro, 2019 | Sala 5.3.13 | 12h00-13h00

Eixo temático:

3.Excelência e Equidade na Escola

El liderazgo distribuido como garantía de excelencia escolar

Beatriz Barrero Fernández
beatrizbarrero@ugr.es
University of Granada

Jesús Domingo Segovia
jdomingo@ugr.es
University of Granada

Si pensamos en una empresa con éxito o una sociedad eficaz seguramente la imagen que veamos sea aquella en la que un grupo de personas tienen responsabilidades compartidas; donde cada individuo tiene la capacidad de gestionarse en beneficio de los demás miembros del grupo. Pero ¿ocurre igual cuando pensamos en un centro educativo? Qué imagen mental se dibuja en nuestras mentes al describir una escuela con éxito, una escuela eficaz. Uno de los principales requisitos que debería cumplir está relacionado con la capacidad de liderazgo que posee la institución. Como ya apuntó la OCDE (improvincs School Learning) la mejora de liderazgo escolar ha tomado importancia en aquellos contextos donde no existe una consolidación como institución.

El liderazgo intermedio (Harris, 2012) se puede considerar una práctica profesional que favorece la mejora educativa y por ende la excelencia escolar de los centros. El director como líder natural de su centro, supone un agente primordial en el éxito de los procesos de mejora y, en consecuencia, también en la búsqueda de respuestas educativas eficaces en la escuela y la mejora educativa (Bolívar, 2019; Day, 2017; Day & Sammons, 2013; Leithwood, 2009).

El asesor también adquiere un papel importante como articulador de otros líderes intermedios (Bassett, 2016; Grootenboer, 2018) co-liderando procesos de transformación en un marco de colaboración e interacción profesional.

La experiencia que aquí se presenta forma parte de una investigación mayor sobre el impacto del liderazgo intermedio en los centros educativos de enseñanza obligatoria. Se recuperan las percepciones de cuatro equipos directivos y algunos maestros líderes de los centros en cuanto a la importancia del servicio de apoyo, como promotor del cambio. Los resultados, extraídos nos ofrecen pistas de los beneficios que se pueden abstraer con esta forma de trabajo. Beneficios para el colectivo docente; para el alumnado; para las familias y para la comunidad en general. En este sentido, podemos afirmar que el liderazgo intermedio contribuye a la construcción de una comunidad práctica profesional, garante de una escuela excelente del siglo XXI.

Palavras-chave: Liderazgo; excelencia escolar; centros educativos; comunidad práctica profesional

Estilo de Aprendizagem do Professor em Formação na Educação Básica: um estudo de caso no Ceará/ Brasil

Eliana Leite
elimoreiraead@gmail.com
University of Minho

José Alberto Lencastre
jlencastre@ie.uminho.pt
University of Minho

Bento Duarte Silva
bento@ie.uminho.pt
University of Minho

A formação inicial e continuada dos professores da educação básica brasileira é norteadada por diversos documentos nacionais, dentre os quais se aponta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996), Plano Nacional de Educação (PNE/2014) e mais recentemente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017). Em se tratando do PNE, balizado por 20 metas propostas por município, a Meta 16 trata da formação do profissional docente que tem por objetivo até 2024 “Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica”. A implementação da BNCC também estabeleceu normas, currículos dos cursos e programas voltados para a formação do professor. Dentre algumas perspectivas da BNCC visa a permanência na carreira docente alinhada em certificações e avaliações.

Assim, diante do exposto, é notório que as políticas públicas nacionais brasileiras estão dando ênfase a formação do professor em

contextos muito meritocráticos. Contudo, é preciso ir além somente destes vieses políticos, mas sobretudo perceber que o professor como sujeito que está no dia-a-dia da sala de aula precisa ser considerado como elemento principal para elucidação de metodologias que apoiarão sua formação.

Nesta comunicação, no âmbito do doutoramento em Ciências da Educação, apresenta-se como objetivo conhecer estilos de aprendizagem do professor em formação, na perspectiva da elaboração de um curso que leve em consideração estas singularidades. O presente trabalho apresenta um estudo de caso sobre professores em curso *lato sensu* na área de Educação Ambiental ofertado pela Universidade Federal do Ceará /Brasil. Para ter conhecimento do perfil individual destes professores/cursistas disponibilizou-se um questionário *online*. Buscou-se analisar as respostas para promover uma personalização nas atividades da sala de aula virtual e presencial. A partir destes resultados possibilitou situar a equipe pedagógica sobre as individualidades dos presentes no curso, o que se tornou fundamental para refletir e elaborar estratégias pedagógicas que auxiliassem o aprendizado deste grupo.

Espera-se que estas ações suscitem formações para o profissional docente com cenários mais próximos de suas vivências, trazendo contextos em seja visto dentro das suas especificidades individuais e coletivas, para que se sinta valorizado e reconhecido, a partir da sua fala e opinião, deixando de ser mero reprodutor passivo, como se estivesse em treinamento.

Palavras-chave: Formação do professor; Estilo de aprendizagem; Educação básica

Construção de um domínio de Cidadania e Desenvolvimento: Centralidade para a aprendizagem

Fernanda Macedo
macedofernandamaria@gmail.com
Agrupamento de Escolas de Fafe

Tiago Pereira
tiagoruipereira@gmail.com
Agrupamento de Escolas de Fafe

No âmbito da Estratégia Nacional da Educação para a Cidadania, a componente Cidadania e Desenvolvimento é desenvolvida de acordo com o disposto no artigo 15º do Decreto - Lei 55/2008, de 6 de julho. Neste âmbito cabe a cada escola aprovar a sua estratégia de educação para a cidadania. Pretendemos apresentar um caso de estudo de uma turma de 10º ano do Curso Profissional de Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, no qual foram mobilizados diferentes componentes de currículo, áreas disciplinares, com vista ao cruzamento dos respetivos conteúdos com os diferentes domínios da Educação para a Cidadania do 1º Grupo (Direitos Humanos; Igualdade de Género; Interculturalidade, desenvolvimento sustentável, Educação ambiental e Saúde) recorrendo aos Domínios de Articulação Curricular. Foi desenvolvido o projeto intitulado “Prevenção dos maus tratos e das aproximações abusivas na utilização de tecnologias de comunicação e redes sociais”. Este projeto envolveu, diretamente, três disciplinas, constituindo-se como um referencial para o desenvolvimento curricular, respondendo aos desafios sociais e económicos do mundo atual, alinhados com o

desenvolvimento de competências do século XXI, preparando assim os jovens para o exercício de uma cidadania ativa e para o desempenho profissional, num contexto de imprevisibilidade.

Esta problemática requer um olhar mais focado sobre a questão central do currículo enquanto construção social. Neste trabalho pretende-se trazer à discussão da comunidade um caminho à melhoria desejada do processo de ensino aprendizagem.

Palavras-chave: Articulação Curricular; Gestão pedagógica; Segurança informática

Gestão escolar e educação inclusiva: discussão sobre a equidade no uso de métodos de avaliação em países em desenvolvimento

Gracinda Siyawadya
gsiyawadya@ua.pt
University of Aveiro

A educação inclusiva foi assumida na Conferência Mundial sobre as Necessidades Educativas Especiais (NEE), onde foram enfatizados aspetos como, o acesso e qualidade de ensino em ambientes educativos. O alcance dos objetivos traçados nesta conferência, fundamenta-se no trabalho conjunto entre diferentes atores da sociedade, que contribuem na construção de uma escola inclusiva. Neste sentido a gestão escolar num contexto inclusiva, é preponderante no que se refere a melhoria da qualidade de ensino, assim como na equidade no uso de meios de avaliação. Este artigo tem como propósito analisar diferentes posicionamentos relativamente aos desafios da gestão escolar num contexto de educação inclusiva, quando se aborda questões como a equidade no uso de métodos de avaliação, particularmente em países em desenvolvimento. Neste contexto, a revisão de literatura foi considerada como base metodológica, o que permitiu uma análise de diferentes abordagens que possibilitaram a discussão de conceitos relacionados com a gestão escolar, a relação entre a gestão escolar e a educação inclusiva, a equidade no uso de métodos de avaliação quando se trata de contextos com poucos recursos. Por fim, o artigo discorre sobre contributos teóricos que podem subsidiar o papel da gestão escolar num contexto inclusivo,

em particular na equidade no uso de métodos de avaliação em contextos com poucos recursos.

Palavras-chave: gestão escolar; educação inclusiva; equidade; métodos de avaliação

Sessão D.2

8 novembro, 2019 | Sala 5.3.27 | 12h00-13h00

Eixo temático:

2. Avaliação, performatividade e rankings

Perceções dos diretores de escolas públicas sobre a missão e funções da Inspeção: resultados de uma investigação

Arlete Nogueira

ajesusn@ua.pt

Departamento de Educação e Psicologia, Universidade de Aveiro

Manuela Gonçalves

manuelag@ua.pt

Departamento de Educação e Psicologia, Universidade de Aveiro

Jorge Adelino Costa

jcosta@ua.pt

Departamento de Educação e Psicologia, Universidade de Aveiro

A educação, após meados dos anos sessenta, tem sido fulcro das políticas de ação governativa de diferentes países como fator de desenvolvimento, a que Portugal não foi alheio, particularmente após a implementação do Regime Democrático. Por força daquela conjuntura, o Estado sentiu a necessidade de proceder a uma reorganização do ensino, de criar os meios para ajuizar sobre a concretização do ensino ministrado e sobre o modo como as instituições escolares o desenvolviam. É neste contexto que, em pleno Regime Democrático, em 1979, se dá alento à Inspeção da Educação como serviço central da administração direta do Estado de entre os outros serviços do Ministério da Educação. Este serviço assume, hoje, como missão e funções as de assegurar a legalidade e regularidade dos atos praticados pelos órgãos, serviços e organismos do Ministério da Educação e Ciência, bem como o controlo, a auditoria

e a fiscalização do funcionamento do sistema educativo no âmbito da educação pré-escolar, da educação escolar, compreendendo os ensinos básico, secundário e superior. O presente estudo, inserido numa Tese de Doutoramento em Educação, ramo de Administração e Políticas Educacionais, na Universidade de Aveiro, assume uma natureza descritiva e apoia-se nos resultados de um inquérito por questionário respondido por 111 diretores de escolas do território continental português, tendo por objetivo conhecer as perceções de diretores de escolas públicas sobre a missão e funções da Inspeção no âmbito do sistema do ensino não superior. Em termos de resultados, de um modo global, as perceções dos diretores mostram que: i) a missão da Inspeção é de primordial relevância nos âmbitos da *auditoria* e da *fiscalização nas* vertentes pedagógica e administrativo-financeira, secundarizando o seu papel em aspetos ligados ao *controlo, auditoria e fiscalização na* vertente patrimonial; ii) as funções incidem particularmente na apreciação da conformidade legal e regulamentar dos atos praticados pelos órgãos de gestão e administração das escolas; iii) as funções da Inspeção em domínios relacionados com o contributo para a qualidade e equidade do sistema educativo assumem uma menor relevância.

Palavras-chave: inspeção da educação; sistema de ensino não superior; diretores de escola; administração educacional

A Avaliação em Larga Escala no Bojo da Regulação Supranacional¹

Edite Maria Sudbrack
sudbrack@uri.edu.br

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI

Dora Maria Ramos Fonseca
dorafonseca@ua.pt
University of Aveiro

A investigação que se anuncia é desencadeada pelo horizonte da regulação supranacional operada pelo PISA. Está balizada pela abordagem sócio-crítica, nomeadamente dos estudos comparados. A investigação é de natureza qualitativa, valendo-se da Análise de Conteúdo para subsidiar o exame das narrativas presentes nos documentos em apreciação.

A pesquisa tem como pressuposto que estamos à mercê de uma Regulação Transnacional, operada por organismos multilaterais, entre os quais, a OCDE. A gramática do PISA difunde normativas e prescrições, mormente, um contexto de influência de grande impacto e credibilidade. Desta categoria geral emanam, para as finalidades deste trabalho, as teses de que a Regulação Supranacional vem combinada com a Hierarquização do Conhecimento; a Legitimação de um discurso da necessidade de Avaliação; a indução de Políticas Educacionais e o Aparelhamento e Pilotagem destas medidas educacionais por parte da OCDE. Complementarmente a estas categorias, a análise dos achados de pesquisa, teve a reflexão apoiada no Ciclo

1 Integra a pesquisa: O PISA e a Indução de Políticas Educacionais: um Estudo Comparado entre Portugal e Brasil.

de Políticas de Ball e Bowe (1992)², a saber: contexto de influência; contexto de produção de texto; contexto da prática; contexto de resultados e de estratégia política. O propósito que movimenta esta investigação é o de analisar a regulação supranacional operada pelo PISA, de modo comparado entre Portugal e Brasil.

O trabalho considera a tese da macro-determinação da OCDE nos países envolvidos nesta pesquisa. Eis que o Certame se revela uma vigora influência internacional pela sua credibilidade, maleabilidade e aceitação dos países.

Sublinha-se a necessidade de desvelar as desigualdades educacionais dos sistemas, e, a inadiável promoção da equidade da educação. De igual forma há que denunciar a exclusão e hierarquização do conhecimento que os exames padronizados tem produzido nos países eleitos para análise.

Palavras-chave: Avaliação em Larga Escala; PISA; Regulação Supranacional

2 BALL, S.J.; BOWE, R. *Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology*. London: Routledge, 1992.

A avaliação de escolas como artefacto centro administrativo: análise ao processo de referencialização no quadro de uma diacronia de três ciclos avaliativos

Henrique Ramalho

hpramalho@esev.ipv.pt

Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Viseu

Araújo Fernanda

fernandaalves@aeinfias.com

Agrupamento de Escolas de Infias, Vizela

Neste estudo, analisamos a arquitetura do *referencial* da avaliação das escolas em Portugal, numa perspetiva cronológica ao longo de três ciclos de avaliação, associando-lhe a ideia de um aparelho pré construído, enquanto sistema de referências ciclicamente estruturado e normalizado.

Importa-nos o termo *referencialização* enquanto método e instrumento de uma macropolítica de delimitação do conjunto de referentes considerados necessários à avaliação das escolas, resultando na configuração de um *referencial* estabilizado e, alegadamente, livre de ambiguidades. Traduzimo-lo, portanto, como um “modelo de leitura” constituído por um sistema de entradas com capacidade para determinar os domínios a considerar, e por um sistema de saídas que contempla a generalidade dos indicadores que captam as realidades escolares a avaliar.

Eis que nos é colocado o seguinte problema: em que termos têm vindo a evoluir os sentidos da *referencialização* da avaliação

das escolas, na forma de influenciar a concepção de escola pública e a racionalização da ação dos atores escolares?

Temos como objetivo principal desenvolver uma compreensão da evolução cronológica dos sentidos e utilidades sociais, culturais e ideológicos da avaliação das escolas suscitados pela institucionalização, desde 2006, do respetivo *referencial*. Metodologicamente, operamos com uma análise de conteúdo sistemática aos documentos oficiais (*corpus* de arquivo) que, formalmente, balizam os processos de referencialização dos três ciclos da avaliação das escolas.

Aventamos três ilações: *i)* assistimos a uma evolução do referencial de avaliação de escolas que tende a ser alvo de reestruturações lineares de continuidade, ainda que de reforço de uma linha tecnocêntrica na forma de conceber a escola, os seus processos organizacionais, curriculares e pedagógicos, e de definir a ação dos atores escolares; *ii)* verifica-se uma policentricidade crescente dos referenciais de avaliação das escolas à medida que estes vão sendo sujeitos à respetiva reestruturação cíclica; *iii)* assiste-se a uma evolução dos procedimentos de observação e recolha de informação avaliativa que, cada vez mais, se inscrevem na linha de *referencialização* de nível micro (sala de aula).

Palavras-chave: avaliação externa de escolas, referencialização e referencial de avaliação, ciclos avaliativos.

Avaliação de larga escala no Brasil: tensões e concepções

Naura Syria Carapeto Ferreira
nauraf@uol.com.br
UTP/Paraná

Marcia Raquel Grahl Dal Forno
FSC, UTP

As transformações científico-tecnológicas, ético políticas e culturais mundiais, tem impactado o repensar nas políticas educacionais no que se refere a qualidade da educação. Nesse panorama, a avaliação de larga escala impacta transformações nas políticas públicas acelerando o processo mercadológico da educação. A qualidade da educação voltada para a formação do cidadão acaba sendo mensurada pelos índices da avaliação de larga escala.

O direito a cidadania está previsto desde as primeiras matrizes nas Cartas de Dirieito dos Estados Unidos de 1776 e da Revolução Francesa de 1789. Entende-se que cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno. Significa ter acesso a todos os níveis de existência dos bens materiais e culturais. Não se restringe a aferição de resultados.

Entretanto cidadania para as políticas educacionais neoliberais corresponde a estar preparado para servir ao mundo do trabalho. Nesse sistema o respeito a equidade e justiça confundem-se com desempenho, num processo competitivo de bons resultados educacionais.

Intensificam-se os rankigs pela educação, num movimento alienado que considera o resultado dos índices como representação da

qualidade da educação. Nesse sentido este trabalho pretende analisar a avaliação de larga escala no contexto brasileiro, utilizando-se de produção bibliográfica documental. Busca-se consolidar o debate existente a respeito das diferentes concepções e tendências da avaliação externa brasileira e sua vinculação ou não com os resultados de aprendizagem dos estudantes.

O artigo apresenta desdobramentos provocados pelo ranking da avaliação externa destacando o quanto este tema está na centralidade das políticas públicas educacionais, privilegiando a lógica dos resultados e intensificando políticas neoliberais excludentes e massificadas em detrimento a autonomia da escola e de uma nova ética mais humana, comprometida com a formação para a cidadania no sentido pleno.

Palavras-chave: Avaliação de larga escala; Educação; políticas educacionais

Desempenho académico: um estudo longitudinal sobre (in)sucesso escolar

Teresa De Jesus Correia Santos
tjcps@sapo.pt
University of Minho

Maria Palmira Alves
palves@ie.uminho.pt
University of Minho

As escolas têm ambientes educativos muito heterogéneos, a nível cultural e social, pelo que cada escola não serve todos os alunos da mesma forma e não conduz a resultados iguais. Promover um ensino de qualidade e combater o insucesso escolar é uma questão prioritária na agenda das políticas educativas nacionais e internacionais, para a qual o Ministério da Educação criou o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar. São regulamentadas medidas para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem assente numa abordagem multinível, no reforço da intervenção curricular das escolas e no carácter formativo da avaliação, de modo que todos os alunos consigam adquirir os conhecimentos e desenvolver as competências, atitudes e valores. A avaliação das aprendizagens deve ser um dispositivo gerador de sucesso e, por isso, envolver toda a comunidade educativa, designadamente, os encarregados de educação, os professores e os alunos.

Apresentamos um estudo, realizado num agrupamento de escolas, localizado na zona Norte do país, onde o sucesso escolar tem vindo a aumentar desde 2015. Os principais objetivos do estudo foram compreender os fatores que contribuíram para a diminuição das

retenções, nomeadamente, a influências das políticas curriculares e de avaliação nas estratégias de ensino e aprendizagem e nas dinâmicas de avaliação. A análise de documentos (atas de conselhos de turma e pautas) entre 2015 e 2018, e as entrevistas realizadas aos professores revelam que o sucesso escolar tem vindo a aumentar, as políticas curriculares influenciaram as dinâmicas de ensino e de avaliação no agrupamento, estando tendencialmente alinhadas com o plano nacional do sucesso escolar. Os mecanismos organizativos internos são promotores do trabalho colaborativo, da reflexão e da participação efetiva de todos.

Palavras-chave: Políticas Educativas; sucesso escolar; ensino básico; alunos

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/CED/00194/2019.

FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

 **dep**
universidade de aveiro
departamento de educação e psicologia

cidtff
centro de investigação
Didática e Tecnologia
na Formação de Formadores



MSGROUP
MARQUES DOS SANTOS

portofolio
soluções de aprendizagem